



3º Simpósio Avaliação da Educação Superior
05 e 06 de setembro de 2017
Florianópolis – SC – Brasil
ISBN: 978-85-68618-04-2



**A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: O PROCESSO DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

GRACEANE COELHO DE SOUZA

Universidade Federal da Bahia
grace.souza@gmail.com

LARISSA CARDOSO DE SOUZA

Universidade Federal da Bahia
larissa-cs1@hotmail.com

IZABEL CRISTINA SILVA XAVIER

Universidade Federal da Bahia
izabel.xavier@yahoo.com.br

JORGE LUIZ LORDÊLO DE SALES RIBEIRO

Universidade Federal da Bahia
jorgeluzdesales@gmail.com

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo descrever e analisar o percurso da CPA-UFBA na busca pela institucionalização de seu processo de autoavaliação. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental de caráter descritivo acerca dos relatórios de autoavaliação elaborados pela comissão no final de cada ciclo avaliativo no período de 2005 a 2015, além de outros documentos institucionais que auxiliassem na compreensão deste processo. Os resultados foram apresentados de acordo com as gestões ocorridas nesse período. Conclui-se que, desde a sua implantação, a CPA tem se esforçado para institucionalizar a cultura da avaliação na UFBA, utilizando de diversas alternativas metodológicas para realização de estudos que auxiliem na compreensão do contexto no qual a universidade está inserida, além de estar buscando envolver diferentes órgãos e níveis da administração universitária para que a avaliação seja a mais fidedigna possível. Todavia, ainda há muito para ser feito e a sua principal meta continua sendo a unificação do modelo de autoavaliação para que possa ser utilizado por toda a Universidade.

Palavras chave: Avaliação Institucional, SINAES, Comissão Própria de Avaliação.

INTRODUÇÃO

Com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a partir da lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação institucional passou a ser obrigatória nas Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, que compõem o Sistema Federal de Educação Superior. (BRASIL, 2004a). O processo de avaliação proposto pelo SINAES é composto por três componentes: a avaliação das instituições (interna e externa), a avaliação dos cursos de Graduação e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes– ENADE. (BRASIL, 2006). Assim, para avaliar esses componentes, o sistema utiliza indicadores distribuídos em cinco eixos: planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura. Essas avaliações, além de promoverem o aperfeiçoamento contínuo das atividades institucionais, também fundamentam os processos regulatórios das IES (credenciamento e reconhecimento; autorização, reconhecimento e renovação de cursos).

No presente trabalho, será dada maior ênfase aos processos de avaliação internos, a chamada autoavaliação institucional, uma vez que estes processos sofreram alterações significativas com implantação do SINAES, em 2004. Desde então, tornou-se obrigatória a constituição de Comissões Próprias de Avaliação (CPA's) em cada IES com o objetivo de conduzir a autoavaliação, sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Ministério da Educação (MEC). (BRASIL, 2004b). A forma de constituição dessas comissões ficou a critério de cada instituição, desde que assegurassem a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Dessa forma, os atores da instituição passaram a ser responsáveis pelo seu processo de avaliação interna. As definições da duração do mandato, da dinâmica de funcionamento e o modo de organização da CPA seguiram o mesmo ordenamento e também se tornaram objetos de regulação própria, aprovados pelo órgão colegiado máximo da IES.

Parte-se do pressuposto que consolidar uma cultura de avaliação é um processo complexo, em especial nas universidades federais, não só pela autonomia que todos têm sobre o seu trabalho, como também pelas restrições orçamentárias, por exemplo, que podem dificultar sua execução. De modo geral, as universidades públicas brasileiras não possuíam instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações institucionais, nem parâmetros ou indicadores que permitissem ao gestor avaliar as suas práticas do cotidiano organizacional focando na eficiência, eficácia e efetividade da gestão (UFBA, 2005c). Ainda que muitas delas já tivessem iniciado possibilidades de autoavaliação, todas elas tiveram que redimensionar suas estratégias para sistematizar o processo de autoavaliação de acordo com as normas legais estabelecidas pelo SINAES. (BRASIL, 2004a). Por este motivo, torna-se relevante refletir acerca das principais facilidades e dificuldades encontradas na implantação do processo de autoavaliação no contexto do SINAES. Deste modo, este trabalho teve como objetivo descrever e analisar o percurso da CPA-UFBA na busca pela institucionalização de seu processo autoavaliativo.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreensão de como ocorreu a implantação da CPA na UFBA, é necessário inicialmente caracterizar a Universidade e contextualizar o seu cenário no que se refere às ações já realizadas sobre avaliação institucional antes mesmo da criação do SINAES.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A Universidade Federal da Bahia é uma autarquia federal, constituída como Universidade em 1946, a partir da reunião de escolas independentes já existentes, sendo a Escola de Medicina a mais antiga delas, criada em 1808. Por esse motivo, as unidades acadêmicas da UFBA estão geograficamente distribuídas em campi em Salvador. Além disso, outros campi foram criados no interior do Estado.

Desde a sua criação, a UFBA implantou gradativamente novos cursos e ampliou o número de matrículas, acompanhando o crescimento das demais universidades federais do país. De acordo com o documento “UFBA em números” (UFBA, 2016), em seus 70 anos, completados em julho de 2016, graduou cerca de 105 mil alunos e titulou cerca de 3 mil doutores e 12 mil mestres. Assim, a UFBA é considerada a mais importante Instituição de Ensino Superior na Bahia, tanto por sua presença na sociedade quanto por sua excelência acadêmica.

Este documento, relata ainda que houve um aumento de 69,3% no número de vagas entre os anos de 2006 e 2015, com destaque para o período pós 2009, com a implantação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI, totalizando 7.426 em 2015. Houve também o crescimento do número de cursos, sobretudo de cursos noturnos, em um total de 99 cursos. Com isso, o número de matriculados chegou a 33.798 no mesmo ano. Na pós-graduação, o crescimento também foi notório, quase dobrando a quantidade de matrículas, chegando a 5.379 matriculados em 129 cursos, seja de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado.

No que concerne aos docentes do quadro permanente, também entre os anos de 2006 e 2015, o número de cresceu 36,8%, atingindo o total de 2.337, aumentando também a proporção dos que possuíam doutorado de 55,7% para 75,7%, o que revela a estratégia da UFBA e dos seus professores em prosseguir se qualificando. Quanto ao regime de trabalho, observou-se que uma expressiva maioria (77%) se inclui na categoria de dedicação exclusiva, propiciando maior envolvimento em atividades de ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão (UFBA, 2016).

Em relação ao quadro do corpo técnico-administrativo, constata-se que, embora o número total de servidores tenha se mantido ao longo dos anos, alcançando 3.195 em 2015, houve uma redução de vagas nos níveis A, B e C (ligadas a função de apoio) e o aumento de vagas nos níveis D e E.

Esses dados demonstram quão numerosa é a comunidade universitária que compõe a UFBA e são esses atores que ganharam significativa relevância para a realização dos processos de autoavaliação da Universidade a partir da implantação do SINAES. Com isso, envolver toda essa comunidade em um processo institucional de avaliação da universidade é um constante desafio para CPA.

2.2 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UFBA ANTES DO SINAES

A análise da trajetória da avaliação institucional mostra que as tentativas de se implantar uma cultura avaliativa nas IES brasileiras ganharam destaque ainda nos anos 80, seja com o Programa de Reforma Universitária (PARU), em 1983, ou com o Grupo Executivo para a Reforma (Geres), em 1985. Segundo Castillo (2015), foi nesse período que surgiram algumas das principais discussões e programas concernentes a avaliação institucional, devido

ao crescente número de instituições e matrículas voltadas ao atendimento da demanda por formação superior no país. Essas ações demonstram uma preocupação em criar um instrumento de diagnóstico para conhecer a realidade das IES, identificar seus problemas ou criar uma ferramenta de fiscalização da qualidade do ensino superior (BARREYRO; ROTHEN, 2008; PEREIRA, 2009).

As discussões sobre a avaliação institucional no país foram se intensificando nos anos 1990, acompanhando o que já estava acontecendo na Europa e nos Estados Unidos. (DIAS SOBRINHO, 1996, apud UFBA, 2002). Nesse contexto, foi proposto o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), buscando preservar as especificidades das IES e articular uma forma de implantar um modelo de avaliação de seus cursos de Graduação que abrangesse a perspectiva de totalidade e de prestação de contas à sociedade. (TENÓRIO; ANDRADE, 2009). A adesão ao PAIUB era voluntária e com ela as universidades passavam a receber um auxílio financeiro para, de acordo com sua própria metodologia, realizar ações de avaliação institucional com foco no aprimoramento de suas atividades. (PEREIRA, 2009). De acordo com Zandavalli (2009), o PAIUB se configurou em uma experiência significativa de avaliação institucional nas IES. Lordêlo e Tenório (2009), destacam que a ampla participação das universidades brasileiras favoreceu a consideração do programa como o precursor do SINAES.

Esse cenário fomentou a necessidade de se discutir a cultura de avaliação dentro das universidades. Na UFBA, por exemplo, houve uma preocupação no que diz respeito à sua autoavaliação, ainda que a partir de ações isoladas. Assim, foram realizados eventos como o Projeto “Delineamento da Pesquisa na UFBA” (1980-1988), o “Seminário de Política Científica” (1989), o Seminário “Pesquisa na UFBA: Diagnóstico e Perspectivas” (1991) (UFBA, 2006). Esses seminários foram promovidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROGRAD/UFBA), quando foram discutidos pareceres da CAPES e analisados os cursos na perspectiva da avaliação. Ao comparar os resultados da avaliação da CAPES de 1990/1991 e de 1992/1993, constatou-se uma significativa melhoria na qualidade dos cursos, o que demonstra o efeito positivo dessas ações.

Em 1994, a UFBA aderiu ao PAIUB e, assim, corroborou com sua aspiração por avaliar-se e representou sua participação no centro das discussões sua qualidade das IES (UFBA, 2002). Com isso, elaborou seu projeto de avaliação institucional, que previa a realização de um amplo processo de avaliação, interna e externa, que perpassaria todos os níveis da organização. Esse projeto foi aprovado pelo Conselho Universitário em 1997 e previu a criação de uma Comissão de Avaliação Institucional Permanente (UFBA, 2006).

Em 1996, no entanto, foi implementado o Exame Nacional de Curso (ENC), através da portaria nº 249/96. O “Provão”, como popularmente conhecido (BERNARDES; ROTHEN, 2015; ZANDAVALLI, 2009) estava centrado nos resultados, produtividade, eficiência, controle e desempenho dos estudantes, significando uma mudança de perspectiva em relação ao processo de avaliação das IES (TENÓRIO; ANDRADE, 2009). Mesmo diante dessa mudança, a UFBA buscou manter os compromissos assumidos no PAIUB e, em 1998, deu início à implantação do processo de avaliação institucional, visando tornar uma atividade permanente, com ênfase, inicialmente, nos cursos de graduação (UFBA, 2006). Com isso, ao adotar uma perspectiva de análise progressiva da instituição como um todo buscava uma institucionalização do processo em médio prazo.

Para atender a esses compromissos institucionais de avaliação, em 1999, a PROGRAD/UFBA, convocou as unidades de ensino a darem continuidade ao processo avaliativo da Universidade (DÉCIA; ARGOLLO, 2010). Como resultado disso, foi realizado

o “Seminário de Autoavaliação - iniciando a institucionalização do processo interno de avaliação na Universidade Federal da Bahia”, que teve uma ampla participação das unidades acadêmicas (UFBA, 2002). No ano de 2001, foi criada a Comissão Central da Avaliação da Graduação (CCEAG), que teve como uma de suas atribuições: sensibilizar a comunidade universitária quanto à importância de um processo contínuo de avaliação institucional (UFBA, 2002). Essa missão, mais tarde, passou a ser responsabilidade da CPA.

Assim, a Universidade buscou manter uma programação contínua de eventos voltados para a avaliação institucional, com a distribuição de material e elaboração de uma página na Web com as informações necessárias para a implementação do processo. Todavia, com a implantação da CPA, novas ações foram necessárias para que a Universidade se adaptasse às exigências legais estabelecidas pelo SINAES (BRASIL, 2004a), como será visto a seguir.

2.3 A IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A proposta de implantação do SINAES pretendeu construir, em um sistema, um processo de avaliação que combinasse regulação, supervisão, aprimoramento das IES e, ao mesmo tempo, prestação de contas à sociedade, distanciando-se dos modelos de avaliação apenas centrados na supervisão do MEC. (TENÓRIO; ANDRADE, 2009). Uma das diretrizes no SINAES relaciona-se à avaliação interna das IES ou como comumente denominada, autoavaliação. Para o CONAES, essa avaliação deve ser cíclica, criativa, espelhar a missão da IES e a busca pelo aprimoramento das dimensões definidas para seu diagnóstico, renovando, assim, suas prioridades e fortalecendo o engajamento da comunidade acadêmica com as práticas desenvolvidas. (UFBA, 2013).

De acordo com o disposto, a avaliação interna é responsabilidade CPA de cada IES e, a cada período autoavaliativo, deve ser elaborado um relatório para compor o ciclo de avaliação em conjunto com a avaliação externa do MEC. Esse relatório configura-se como uma prestação de contas das IES, tanto para o Estado quanto para a sociedade (BERNARDES; ROTHEN, 2015). Dessa forma, podemos considerar que o processo de avaliação interna tem por finalidade o respeito às práticas educativas nas IES ao buscar diagnosticar suas estratégias em relação ao cumprimento das dimensões avaliadas no SINAES e como tem buscado avançar no alcance de sua missão institucional. (TENÓRIO; ARGOLLO, 2009).

Na UFBA, a CPA foi implantada em 2005, pela Portaria n. 140/05, tendo como atribuições a coordenação, sistematização e análise dos processos de avaliação interna, assim como prerrogativa para desenvolver estudos e pesquisas sobre o desempenho acadêmico, institucional e de gestão da Universidade. (UFBA, 2005a). A CPA passou então a atuar como interlocutora entre a UFBA e o MEC, conforme o disposto na legislação do SINAES. Seus primeiros representantes foram instituídos pela Portaria n. 143/05, tendo como composição membros das entidades que representam cada um dos atores institucionais que devem estar presentes em uma CPA e mais dois especialistas em avaliação institucional e um representante do Reitor, como forma de apoiar institucionalmente no que fosse necessário para a execução das atividades (UFBA, 2005b; 2006).

2. METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido a partir de duas perspectivas: a primeira foi o levantamento bibliográfico que permitiu a compreensão do histórico da avaliação institucional no Brasil e na UFBA; a segunda foi a análise documental dos 9 (nove) relatórios elaborados pela CPA no período de 2005 a 2015, disponíveis no site da comissão. Além disso, também foram analisados outros documentos complementares, como anexos dos relatórios da CPA e os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período em questão, uma vez que auxiliam na institucionalização da avaliação na Universidade. Foram analisados nesses documentos prioritariamente o que era relatado sobre a autoavaliação da UFBA, quais foram suas principais ações no ciclo avaliativo e, por fim, quais foram as principais dificuldades.

3. RESULTADOS

No período analisado, a CPA/UFBA passou por 3 (três) gestões diferentes, sendo a primeira com uma recondução de mandato. Desse modo, os resultados serão apresentados a seguir de acordo com essas gestões.

1ª Gestão da CPA: 2005 – 2010

A primeira gestão da CPA teve mandato de dois anos e uma recondução por igual período. O primeiro relatório elaborado pelos representantes da comissão foi apresentado em 2006 e elencou o resultado do ciclo avaliativo de 2002-2005. Antes da implantação do SINAES, havia sido criada na UFBA a Comissão Central da Avaliação da Graduação (CCEAG) que objetivava conduzir os processos de avaliação na Universidade. Essa comissão contou com o apoio de alguns órgãos administrativos da Universidade, que elaboraram relatórios setoriais, que serviram de base para elaboração do relatório final.

É possível perceber nos dados desse relatório que foi elaborado seguindo as 10 (dez) dimensões proposta no SINAES e mais uma que a CPA acrescentou, sendo esta relativa à realidade da UFBA. São elas: a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; organização e gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento a estudantes e egressos; sustentabilidade financeira e unidades de saúde da UFBA.

Assim, para avaliar estas dimensões foram utilizados diversos procedimentos metodológicos, entre eles, a pesquisa documental; o registro da percepção de gestores de diferentes órgãos e níveis da administração universitária sobre as atividades fins e meios da instituição. Desse modo, o processo avaliativo teve a participação dos diferentes sujeitos e segmentos que integram a comunidade universitária e a CPA atuou como mobilizadora, catalisadora e executora de um conjunto de ações, visando sistematizar a temática da autoavaliação na Universidade. Além disso, previa a realização de atividades eventuais, seminários, encontros de trabalho e atividades permanentes, como os relatórios setoriais.

A primeira grande ação que se destaca nas ações da CPA foi a elaboração de um projeto de autoavaliação da Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2005c). Esse tinha o intuito de se tornar um instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento da gestão da Universidade e teve como estratégias de execução: 1- o envolvimento e participação da comunidade universitária (adotando para isso meios para sensibilização, como: palestras, seminários e reuniões nas unidades); 2- a globalidade (buscando abarcar a

multidimensionalidade do contexto universitário) e; 3- a gradualidade (com a intenção de análise das dimensões, desde as mais simples até as mais complexas, considerando os recursos humanos disponíveis para tal avaliação). A partir dessas três estratégias propunha-se no projeto um cronograma de execução que seria realizado em três etapas: sensibilização, levantamento de dados e elaboração do relatório.

Outra ação importante relatada no relatório elaborado por essa primeira gestão foi a efetivação do Sistema de Avaliação Docente/Discente (SIAV). Este sistema *online* foi implantado inicialmente em 2001, para que os discentes da graduação e pós-graduação pudessem avaliar o desempenho de cada um dos seus professores em sala de aula após a finalização de cada semestre letivo (UFBA, 2006). A partir de 2005, o SIAV passou por reformulação e utilizado novamente a partir do segundo semestre de 2006. Os resultados das avaliações docente podiam ser acessados pelo professor avaliado, pelos gestores do curso, departamento e unidade aos quais o professor era vinculado e pela CPA. Com o uso do SIAV, a CPA buscava contribuir para melhoria dos cursos de graduação da Universidade.

Ainda em 2006, foram apresentados os resultados dos “Estudos especiais” realizados no ciclo anterior. Estes estudos foram feitos em parceria com outros órgãos e unidades da universidade buscando investigar mais minuciosamente seus problemas e produzir informações úteis para seu planejamento e gestão. Nesses estudos são abordados aspectos sobre a imagem institucional da UFBA, o perfil dos seus ingressos/egressos, a satisfação de usuários de serviços oferecidos pela Universidade; da realização de atividades – meio e fim - e das condições de trabalho. Com isso, a UFBA demonstrava seu interesse pela disseminação de informações relevantes para comunidade acadêmica e, assim, sensibilizá-la para a importância da implantação da cultura da avaliação.

O segundo relatório dessa primeira gestão da CPA foi apresentado em 2009 e retratava o ciclo avaliativo da Universidade de 2006 a 2008. Neste relatório, a avaliação contemplou as mesmas dimensões do ciclo anterior e acrescentou uma breve apresentação e interpretação de dados referentes ao período avaliado, com destaque para a adesão da UFBA ao Plano de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), em 2008. Fazia parte do acordo para adesão ao REUNI o crescimento da Universidade, o aumento significativo do número de cursos e turnos em que eram oferecidos, a implantação de novas modalidades formativas e as mudanças na estrutura curricular dos cursos de graduação. Essa adesão constituiu um desafio ainda maior para avaliação da UFBA, pois os impactos dessa expansão deveriam passar a fazer parte da agenda avaliativa. Para isso, foi necessário que a CPA buscasse novas estratégias e metodologias de avaliação, como por exemplo, a criação de duas subcomissões da CPA nos campi criados no interior do Estado.

A partir de 2009, devido à edição da Portaria MEC n. 821 (BRASIL, 2009), a entrega ao MEC dos relatórios de avaliação passou a ser anual, e não bianual como antes. Por esse motivo, em 2010, um novo relatório foi apresentado ainda por essa gestão. A primeira parte desse relatório apresentou as atividades realizadas pela UFBA no ano de 2009, destacando a consonância entre as diretrizes institucionais e o processo de autoavaliação. A segunda parte destacou os resultados do Projeto Melhor Curso, uma importante ferramenta metodológica, resultante de uma parceria da CPA com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD). Esse projeto surgiu da percepção de que a autoavaliação na Graduação exigia uma atenção maior e, no momento institucional, ela estava mais consolidada na Pós-Graduação, em virtude das avaliações da CAPES.

Assim, tendo a Pós-Graduação como exemplo, quatro eixos nortearam as avaliações que deveriam ser realizadas pelos cursos de Graduação: 1- perfil socioeconômico dos

estudantes; 2- cálculo dos indicadores; 3- avaliação das condições de infraestrutura e; 4- a percepção dos egressos da UFBA. A princípio, devido à estratégia de gradualidade adotada, a escolha dos cursos que seriam avaliados estava condicionada aos cursos que seriam avaliados pelo MEC. O projeto foi coordenado pela CPA e 23 (vinte e três) cursos participaram do projeto, o que demonstra o êxito deste, ao envolver coordenadores de cursos e estudantes nesse processo de avaliação institucional.

2ª Gestão CPA: 2011-2013

O ano de 2010 foi marcado por períodos de transição na Universidade Federal da Bahia. O primeiro deles diz respeito a aprovação de um novo Estatuto e Regimento da Universidade, que buscou a modernização do seu funcionamento e gestão, e incluiu a CPA como uma ‘comissão central’ da Universidade. Além disso, ocorreu a posse de um novo reitorado, cuja ação primordial estava voltada para a implantação de procedimentos administrativos e gerenciais direcionados ao cumprimento das metas previstas originalmente no PDI e no REUNI (UFBA, 2011). Dessa forma, após o término da gestão da CPA no início de 2010, a reitoria montou uma Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional para revisar os procedimentos administrativos da UFBA, buscando aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos pelos diversos setores, aumentando, assim, a sua eficácia e eficiência. Assim, a execução da avaliação institucional ficou sob responsabilidade desta equipe e o relatório de 2010 consistiu num mero cumprimento legal, e contém resultados baseados nos dados encontrados no Relatório de Gestão da UFBA 2010 (UFBA, 2011).

Uma nova gestão da CPA foi constituída no início de 2011 e contou com o apoio técnico de órgãos da Universidade, como o Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP), Centro de Processamento de Dados (CPD) e Setor de Informação e Documentação da UFBA e a própria Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional. Essa gestão priorizou a reestruturação da matriz de avaliação para construir indicadores que permitissem avaliar as diversas dimensões do funcionamento institucional, para que os resultados fossem plenamente utilizados para o aperfeiçoamento contínuo da Universidade (UFBA, 2011).

Os relatórios de 2011 e 2012 foram estruturados de maneira semelhante. Na primeira, foram apresentados os dados derivados dos indicadores do desempenho da Universidade em oito das dimensões de avaliação previstas no SINAES. A segunda parte, constava dos relatórios setoriais de estudos e/ou avaliações realizados no âmbito da Universidade e que integram o escopo mais amplo de autoavaliação estabelecido pela CPA/UFBA.

Assim, nessa gestão, a CPA deu prioridade às avaliações diagnósticas, identificando problemas e aprimorando procedimentos para tornar o funcionamento dos diversos setores da Universidade mais eficientes, atuando, para isso, junto às Pró-Reitorias e Unidades da UFBA. Outrossim, atuou nos cursos que obtiveram resultados abaixo da média no ENADE 2011, apreciando os protocolos de compromissos firmados com o MEC e acompanhando o cumprimento das metas estabelecidas neles. Além disso, realizou também um processo de sensibilização com os estudantes que participariam desse exame, demonstrando a importância da avaliação para o aprimoramento e desenvolvimento dos cursos.

3ª Gestão CPA: 2013 – 2015

Em 2013, uma nova gestão da CPA foi formada e também neste ano, foi constituída a Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD), um órgão administrativo previsto no PDI de 2012- 2016. Uma das metas desse PDI era a estruturação de uma instância organizacional que assumisse a operacionalização da missão de Avaliação Institucional. Uma vez que a CPA era composta por representantes eleitos e com mandatos pré-definidos fazia-se necessário uma unidade administrativa permanente que colocasse em prática o que foi instituído pela CPA. (UFBA, 2015). A criação dessa superintendência consistiu então em mais um esforço da Universidade para que avaliação institucional se tornasse uma atividade contínua, que não dependesse das mudanças de gestão da CPA. A SUPAD, enquanto, órgão diretamente ligado à Reitoria, se encarregaria da realização da avaliação institucional, sendo, então, o braço executivo da CPA, desonerando-a de algumas atividades e a deixando livre para preocupar-se com as políticas de avaliação da Universidade.

Desse modo, o primeiro relatório produzido por essa gestão foi apresentado em 3 (três) partes: 1- uma síntese contextualizada da avaliação institucional na UFBA e descrição do processo de autoavaliação em curso; 2- uma descrição das principais atividades realizadas em 2012/2013 e os resultados obtidos com base nas dimensões estabelecidas pelo SINAES e; 3- uma avaliação das metas estabelecidas no PDI 2012-2016, os dados obtidos a partir dos indicadores de desempenho criados para o TCU e, por fim, as considerações finais. Além disso, foram apresentados dois anexos com a apresentação dos estudos e documentos específicos sobre a Universidade: uma pesquisa de imagem institucional realizada com atores externos à UFBA e a pesquisa realizada com egressos da Universidade.

Uma importante ação da CPA nesse período foi uma nova reformulação do SIAV, sistema de avaliação do docente pelo discente, cujo funcionamento havia sido interrompido por problemas técnicos. Além da atualização dessa parte técnica do sistema, a CPA também reformulou o instrumento disponibilizado aos estudantes, buscando condensar itens semelhantes e circunscritos em dimensões afins com o intuito de reduzir seu número de itens. Anteriormente, o instrumento contava com 17 (dezesete) itens e os estudantes queixavam-se do tempo dedicado a participar do processo avaliativo se tivesse que avaliar mais de um docente. Com a reformulação, a participação discente na avaliação passou de 5% para 43% no semestre 2013.1. (UFBA, 2013). O uso do SIAV também consistiu em uma estratégia para deflagrar uma campanha de sensibilização acadêmica acerca da importância da avaliação institucional.

O segundo relatório produzido por esta gestão indica que a CPA em parceria com a SUPAD estabeleceram três categorias de indicadores para a avaliação da UFBA, que são: 1) Indicadores simples (expressam a capacidade instalada, o tamanho e a complexidade da instituição, trazendo insumos para a compreensão do funcionamento da IES, os desafios da gestão e as estratégias utilizadas para gerir a IES); 2) Indicadores de desempenho (expressam a eficiência e a eficácia dos processos e envolvem a compreensão do que é eficiência e eficácia no ensino superior) e 3) Indicadores gerais (baseados em opiniões e juízos de valor de pessoas ou entidades externas à IES). Com isso, a estratégia de autoavaliação adotada por essa gestão buscou indicadores de desempenho que não fossem baseados apenas em percepções e julgamentos dos atores (discentes, docentes, servidores técnico-administrativos), mas também identificando resultados institucionais específicos que mostrassem avanços, paradas ou recuos do processo de autoavaliação.

Outrossim, a CPA e SUPAD buscaram estreitar as relações com a PROGRAD e a Procuradora Institucional, o que produziu efeitos importantes no campo da avaliação, como uma melhor compreensão do papel da avaliação para o desenvolvimento dos cursos de

graduação e da instituição como um todo. Com isso, algumas ações, como o acompanhamento das visitas *in loco* do MEC, a discussão dos resultados das avaliações dos cursos, a preparação para o ENADE, passaram a ser realizadas periodicamente, tendo a participação cada vez maior dos Coordenadores de Cursos, Diretores de Unidades e dos Professores. O crescente envolvimento e interesses dos atores institucionais, indicam claramente os primeiros sinais de mudança da cultura de avaliação na Instituição, mudança esta que precisa do esforço e investimento contínuo, para que se amplie e se dissemine na UFBA.

4. CONCLUSÃO

A análise documental realizada teve por objetivo descrever e analisar o percurso da CPA-UFBA na busca pela institucionalização de seu processo autoavaliativo. Através dessa análise, foi possível observar que, no processo histórico, que se iniciou antes do SINAES, bem como após a sua implantação, a avaliação sempre esteve presente no cotidiano da Universidade. Mesmo com a ocorrência de diversas interrupções ao longo desse tempo, o que dificulta enormemente a sua sistematização, pode-se verificar a crescente consolidação de um processo, visto por todos de forma cada vez mais positiva e necessária. A partir da iniciativa do PAIUB, por exemplo, várias Unidades Acadêmicas iniciaram seus processos de avaliação interna, e que persistiu após o SINAES, permitindo, inclusive, que essas Unidades auxiliassem a CPA no aperfeiçoamento dos processos de avaliação dos cursos de graduação.

Com o advento do SINAES, a CPA envidou esforços para cumprir o seu papel, utilizando diversos procedimentos para a autoavaliação institucional na UFBA. Tais procedimentos ultrapassaram aqueles tradicionalmente utilizados na avaliação institucional, como por exemplo, os estudos específicos sobre a UFBA, através dos quais foi possível diagnosticar fragilidades que pudessem direcionar as estratégias de gestão, com mais agilidade. Além disso, a CPA lançou mão de pesquisas documentais a partir de dados produzidos pelas Unidades Universitárias, ao final de cada ano letivo, e dos documentos institucionais (PDI, PPI, PPC, etc); da avaliação do docente pelo discente, realizada através do SIAV, dos dados produzidos pelo ENADE e dos relatórios externos produzidos pelo INEP, que permitiram ao longo do tempo contribuir efetivamente para a melhoria dos Cursos e da Universidade. Outros aspectos, no entanto, carecem de maior atenção por parte da CPA, cuja ausência ou pouca ênfase nos relatórios, foi notada. Um exemplo é o corpo técnico-administrativo da universidade, cuja avaliação se resume à relação entre o número de docentes e de estudantes, ou à utilização do sistema de avaliação de desempenho para progressão funcional. Do mesmo modo que os técnico-administrativos, a avaliação da infraestrutura física é apresentada de forma superficial, o que pode indicar uma dificuldade em avaliar tais aspectos.

Sem dúvidas, a maior dificuldade encontrada pela CPA diz respeito a suas restrições orçamentárias, que impactam significativamente na forma como as atividades são realizadas. Por esse motivo, alguns projetos foram iniciados, mas não tiveram continuidade, como foi o caso do Projeto Melhor Curso, no ano de 2009. Além disso, o que se observa é que os mandatos temporários fazem com que cada gestão tenha uma prioridade, e que muitas vezes isso significa a não continuidade de atividades em ação. Nesse sentido, é possível que a criação da Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional possa minimizar este problema, pois a existência de uma equipe permanente voltada para a avaliação institucional da Universidade pode possibilitar a continuidade das ações e processos. Além disso, a falta de um sistema unificado de avaliação capaz de gerenciar os dados gerados pela avaliação de uma universidade do porte da UFBA é também uma condição fundamental para

realização da avaliação institucional, constantemente apontado nos relatórios analisados. Por fim, as peculiaridades da UFBA, no que diz respeito a sua extensão geográfica, é outra dificuldade não menos importante. A existência de vários campi, com Unidades espalhadas por diferentes bairros na capital e outro localizado no interior do Estado dificulta a realização de sensibilização da comunidade, a realização de avaliações homogêneas, e a discussão dos seus resultados.

Dessa forma, mesmo após uma década de sua criação, ainda é um desafio para CPA fomentar uma cultura de avaliação que reflita a missão da Universidade perfeitamente alinhada com as preconizações do SINAES. Mas, apesar das dificuldades, pode-se notar um grande avanço, não somente em termos dos procedimentos adotados, como também em relação ao envolvimento dos atores institucionais.

REFERÊNCIAS

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da educação superior brasileira: Análise dos documentos do PARU, CNRES, GERE e PAIUB. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 13, mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 15 abr. 2004a.

_____. Ministério da Educação (MEC). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior: diretrizes para a avaliação das instituições de Educação superior. Brasília, 2004b.

_____. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. Portaria n. 821 de 24 de agosto de 2009. Define procedimentos para avaliação de Instituições de Educação Superior e de Cursos de Graduação no âmbito do 1º Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 24 ago 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_821_240809.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CASTILLO, Jacqueline F. Avaliação da educação superior: estudo dos sistemas no Brasil e na Colômbia / Jacqueline Forero Castillo. – 2015. 166 f.: il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

DÉCIA, Ana C. M.; ARGOLLO, Rivailda S. N. de. Autoavaliação institucional na UFBA na era Sinaes: a experiência revisitada na Escola de Administração. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 387-404, maio/ago. 2010.

PEREIRA, R. S. A trajetória da avaliação da educação superior 1980-2008. Cadernos ANPAE, v. 8, p. 1-18, 2009.

TENÓRIO, Robinson M.; ANDRADE, Maria A. B. de. A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. In: LORDÊLO, José A. C.; DAZZANI, Maria V. (Org.). Avaliação educacional: desatando e reatando nós. – Salvador: EDUFBA, 2009. p. 31-56.

_____; ARGOLLO, Rivailda S. N. de. SINAES na perspectiva de membros da CPA: implantação, condução e avaliação. In: LORDÊLO, José A. C.; DAZZANI, Maria V. (Org.). Avaliação educacional: desatando e reatando nós. – Salvador: EDUFBA, 2009. p. 103-122.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Avaliação institucional na Universidade Federal da Bahia. Salvador, UFBA/PROGRAD: 2002. 61p. (Série PROGRAD5).

_____. Reitoria. Portaria 140, de 4 de abril de 2005. Dispõe sobre a constituição da Comissão Própria de Avaliação da UFBA- CPA. Salvador: 2005a.

_____. Portaria 143, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão Própria de Avaliação da UFBA- CPA. Salvador: 2005b.

_____. CPA. Projeto de Auto-Avaliação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005c.

_____. Relatório de Auto-Avaliação Institucional da UFBA 2002-2005. Salvador, vol. 1, 2006.

_____. Relatório de Auto-Avaliação Institucional da UFBA. Salvador, 2011.

_____. Relatório de Avaliação Institucional da UFBA. Salvador, 2013.

_____. Relatório de Avaliação Institucional da UFBA. Salvador, 2015.

_____. Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento. UFBA em números: Retrospectiva Especial 70 anos . Salvador: 2016.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: Os antecedentes históricos do SINAES. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 385-438, jul. 2009.